

As políticas públicas sobre drogas no município de Ponta Grossa*

The Politics of Drugs in Ponta Grossa City

Edna Maria Siqueira SANTOS**

Resumo: Este texto refere-se a uma pesquisa realizada com o objetivo de identificar a política de drogas no município de Ponta Grossa, para assim conhecer e identificar a natureza dos obstáculos que dificultam e até mesmo impedem o trabalho de prevenção. A partir do entendimento de que as diretrizes políticas ganham corpo pelos que a executam, foram enfocados na pesquisa profissionais da educação, da segurança pública e da saúde que atuaram com a questão das drogas no município, nos anos de 2004 a 2006. Devido à natureza do objeto de estudo e a análise a ser realizada, optou-se por uma abordagem qualitativa com enfoque teórico-metodológico calcado nas representações sociais. A análise levou em consideração depoimentos de profissionais de diferentes áreas de atuação, mas suas idéias e posicionamentos convergiram em vários pontos centrais, sendo que o principal deles é a urgência de um local para tratamento de adolescentes usuários de drogas. Diante dos dados coletados, constatou-se que a política pública de drogas não é operacionalizada no Município, pois o Poder Público local não reconhece a necessidade de estruturação do Conselho Municipal Antidrogas. Concluiu-se que aos esforços dos profissionais que trabalham com os jovens para realização da prevenção, devem somar-se condições efetivas no local de trabalho e política de droga condizente.

Palavras-chave: Políticas públicas. Drogas. Prevenção. Representação social.

Abstract: This study aims at to identify the policy of drugs in the municipal district of Ponta Grossa, to know and to identify the nature of the obstacles that hinder the prevention work. Starting from the understanding that the political guidelines became strong because of the ones who execute them, we focused on the research the professionals of education, public safety and health that act on the issue of drugs into the city of Ponta Grossa, from 2004 to 2006. Due to the nature of the object and the analysis to accomplish, we adopted the qualitative approach with emphasis on methodological and theoretical of the social representations. The analysis took in accountant the professionals' reports from different areas, but their ideas and positioning converged in several central points, and the main of them is the need for a local treatment for adolescents' users of drugs urgently. Through the data collected, we verified that the public policy of drugs is not working in the municipal district, because of the Public Government does not recognize the need of structuring the Conselho Municipal Antidrogas (Municipal

* Texto elaborado com base na dissertação de mestrado defendida em 08 de dezembro de 2006, junto ao programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

** Professora Pedagoga do Colégio Estadual Polivalente, professora PDE. E-mail: ednasiqueira@ibest.com.br

Anti-drugs Council). We concluded that the professionals' efforts, who work with the youths in order to carry out the prevention, should be in addition to effective conditions in the workplace and with a consistent policy of drugs.

Keywords: Public politics. Drugs. Prevention. Social representation.

Recebido em: 28/07/2007. Aceito em: 19/04/2008.

Este texto apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida no período de março de 2004 a dezembro de 2006, a respeito das políticas públicas de prevenção e combate às drogas no município de Ponta Grossa. O objetivo central do texto é apresentar os dados empíricos analisados no referido período de pesquisa, bem como as reflexões teóricas acerca da temática política de drogas.

Os objetivos desse estudo foram os seguintes:

- verificar as políticas públicas implementadas no município de Ponta Grossa para prevenção e combate às drogas;
- identificar as entidades e órgãos públicos que, no município, realizam trabalho educativo, preventivo e curativo referente às drogas;
- conhecer os procedimentos adotados e as intervenções que as escolas têm realizado em relação às drogas;
- compreender os fatores que favorecem e/ou dificultam a implementação de uma política pública de prevenção.

1 Percurso do projeto de pesquisa

Numa pesquisa anterior¹, realizada no ano de 2003, com seis escolas públicas, observou-se que apenas uma delas fazia um trabalho sistemático de

prevenção às drogas com seus alunos. Percebeu-se, também, que a compreensão do que é droga e do que é prevenção não era a mesma nas escolas pesquisadas.

Entendendo que a prevenção e o combate às drogas é uma questão de política pública, precisava-se identificar as políticas implementadas no município de Ponta Grossa, para assim compreender os fatores que favorecem e/ou dificultam a sua implementação.

Iniciou-se, assim, uma pesquisa qualitativa envolvendo as escolas estaduais do município de Ponta Grossa. Num primeiro momento, para coleta de dados necessários a esse estudo, foram encaminhados 44 questionários para os membros das equipes pedagógicas das referidas escolas.

A partir da análise preliminar do material obtido com as pedagogas, verificou-se que elas remetiam a terceiros os problemas enfrentados com os alunos usuários de drogas. Assim, foi necessário procurar esses "terceiros", a saber: os conselheiros tutelares, os patrulheiros da Patrulha Escolar, os instrutores PROERD², o promotor da Vara da Infância e da Juventude e os religiosos das Comunidades Terapêuticas que ajudam as escolas realizando palestras. Os profissionais citados eram os que se reuniam (e, atualmente, continuam se reunindo) para decidir as atividades realizadas na Semana de Prevenção que acontece no mês de junho, através do Fórum PREVIDA³.

Becker (1997) afirma que o ato de fazer referência a sujeitos importantes geralmente amalha

¹ Pesquisa realizada quando integrante do grupo de pesquisa coordenado pela Professora Doutora Maria Virginia Bernardi Berger, e apresentada no III Encontro de Pesquisa da UEPG, no ano de 2003, na cidade de Ponta Grossa; no I Congresso Brasileiro de Formação de Professores, no ano de 2003, na cidade de Campo Largo; e no I Fórum de Iniciação Científica da FADEC, no ano de 2004, na cidade de Cascavel.

² PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas. Programa preventivo da Polícia Militar do Paraná, cujos instrutores são policiais militares habilitados.

³ Fórum Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, local de debates e encaminhamentos de ações na área de prevenção às drogas no município de Ponta Grossa.

novos “informantes”, sendo essa uma alternativa muito utilizada em pesquisas qualitativas, mostrando-se bastante produtiva. Alguém do meio, a partir do próprio ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre a situação do que alguém que a observa, inicialmente, de fora.

2 Metodologia

Optou-se pela pesquisa qualitativa, buscando-se trabalhar com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, correspondentes a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994).

Buscando elucidar esse amplo universo, analisou-se o material empírico com base na Teoria das Representações Sociais, por se entender que essa busca compreende a construção dos saberes sociais, dos significados dados ao social e aos seus elementos constitutivos. É interessante observar que há nas Representações Sociais um conteúdo que expressa a atualidade dos fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que não se pode negar o poder de determinação da história e da cultura de um povo. (MOSCOVICI, 1978).

As representações sociais são entendidas nas Ciências Sociais como categorias que revelam, explicam ou questionam a realidade e são consideradas matérias primas para a análise do social. É fundamental lembrar que cada grupo social tem sua representação particular de acordo com a posição que ocupa na sociedade, bem como seus interesses específicos. (MINAYO, 1994). Exemplo disso poderá ser observado mais adiante, na análise das respostas dos entrevistados.

Optou-se por utilizar a Teoria das Representações Sociais pelo entendimento de que as diretrizes da política ganham corpo pelos que a executam. A partir das representações sociais dos pedagogos, dos conselheiros tutelares, do promotor da vara da infância e da juventude, enfim, dos profissionais que trabalham com a problemática das drogas no município, buscou-se verificar como a droga é entendida e as dificuldades encontradas na construção de política pública de prevenção.

A escolha dos membros da equipe pedagó-

gica das escolas estaduais foi intencional, pois são os que, comumente, colocam ou não em prática uma proposta de trabalho; e os demais entrevistados foram escolhidos por responderem pelos setores sociais que têm os jovens como público-alvo. Zanelli (1992, p.42) argumenta que a seleção não pode ser aleatória, e sim uma escolha intencional,

isto é, ao invés de retirar de uma parcela randomicamente sorteada da população sorteada, prefere-se selecionar um pequeno número de pessoas com características, comportamentos ou experiências específicas, para facilitar comparações gerais entre certos grupos que o pesquisador julga serem importantes.

Considerando que a incidência maior de drogas se observa na adolescência, os questionários foram direcionados para as pedagogas das escolas estaduais, que no município de Ponta Grossa totalizam 47 escolas. A escolha por essas escolas se deu por sua representatividade numérica, por seu alunado estar na faixa etária em que a problemática da droga é recorrente e pela oportunidade oferecida por elas para a pesquisa. Algumas escolas particulares não se mostraram confortáveis para aprofundar a temática proposta.

De acordo com Minayo (1994, p. 43), “esse tipo de pesquisa (qualitativa) não pode basear-se no critério numérico, para poder garantir sua representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”.

Para direcionar o olhar para a impregnação dos significados sociais que apóiam a constituição da representação usou-se a análise de conteúdo, que se constitui em uma técnica de análise de dados que, de acordo com Valla (1999), é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Segundo Bardin (1988, p.42), a análise de conteúdo pode ser entendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Do ponto de vista analítico instrumental, o conceito acima foi fundamental para a compreensão dos dados fornecidos nas entrevistas. Para Triviños (1987), na técnica proposta por Bardin há uma ênfase na avaliação quantitativa dos dados, talvez pela influência positivista do autor. Entretanto, no caso que serviu como objeto do estudo ora apresentado, deu-se maior ênfase à análise qualitativa por esta permitir não somente a análise do “conteúdo manifesto” dos documentos, como também de seu “conteúdo latente”.

Pode-se afirmar que os conjuntos de significações reveladas ofereceram importantes elementos para complementar as análises dos processos que explicam a gênese da representação, que vinham sendo feitas a partir dos dados levantados no acompanhamento. Por outro lado, os recursos metodológicos utilizados no processo de estudo deram elementos para o aprofundamento da compreensão da estruturação e dinâmica da representação.

Desse modo, associando informações advindas de diferentes fontes, foi possível organizar um pequeno banco de dados, relativamente detalhado, que passou a funcionar como base para a construção da população da pesquisa.

Para ilustrar como foram obtidos os dados para a presente pesquisa, segue a lista dos profissionais envolvidos nesse estudo.

Os sujeitos da pesquisa são profissionais de áreas distintas, - mas que têm como público alvo a juventude -, usam termos que são recorrentes e apontam as categorias de análise, as quais evidenciam os limites, possibilidades e, mesmo, os desafios de uma política pública no município. Os termos usados pelos entrevistados expressam a tensão vivenciada no cotidiano profissional entre a forma com que o trabalho ocorre e como deveria ocorrer, entre o que se sabe e o que se pode fazer, sendo o saber considerado mais amplo que o fazer,

Instituição/Órgãos	Profissionais	Nº	Procedimentos Metodológicos
Escolas Estaduais	Pedagogos	39	Questionários
Conselho Tutelar	Conselheiros	08	Questionários
COMAD	Presidente	01	Análise documental e entrevista
CMDCA	Ass.Técnica.	01	Análise documental e entrevista
P. M./PROERD			Observação participante
Com. Terapêutica			Visita e observação participante

o que gera, muitas vezes, conflitos e desestímulo na prática desses profissionais.

2.1 Representação social sobre o álcool

No caso do álcool, analisar tais representações sociais torna-se fundamental, uma vez que, por causa da sua ampla difusão, do estímulo mercadológico e da facilidade de acesso⁴, ele pode ser banalizado e/ou glamourizado, negligenciando-se os efeitos negativos do abuso de substâncias alcoólicas. Ou ainda, pode servir para estigmatizar seus usuários freqüentes ou eventuais. É muito forte a representação de que álcool e cigarro não são drogas.

Há uma tolerância em relação às drogas lícitas e um temor irracional às drogas ilícitas, como pode ser observado nas falas a seguir: “Não temos drogas na escola e sim cigarros e bebidas”. (Pedagoga 2). “Só foi percebido o envolvimento de alunos com drogas lícitas, como álcool e cigarros”. (Pedagoga 3).

A ambigüidade em torno do que se denomina “droga”, bem como o que pode ser ou não criminalizado é um tema amplamente debatido. No Brasil, assim como em outros países, vive-se o paradoxo das drogas legalizadas. “Hábito” socialmente aceito que goza do respaldo da tradição histórico-cultural, o álcool é o psicotrópico de uso mais difundido na população brasileira.

Três conselheiros tutelares que participaram da pesquisa falaram sobre a questão cultural da aceitabilidade do álcool e cigarro:

⁴ De acordo com estudo mais recente do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas -CEBRID (2004) sobre o consumo de drogas entre os jovens, 12% dos estudantes brasileiros dos ensinos fundamental e médio já usaram algum tipo de droga na vida, sendo que a maioria deles tiveram o primeiro contato antes dos 12 anos.

“Os pais até incentivam o filho a beber. Está virando homem! A sociedade também incentiva o consumo de drogas lícitas, veja as propagandas!” (Conselheiro 1).

“Deve ser por não temerem mais o uso da maconha, já que é mais um cigarro. Temem sim a cocaína e o crack por serem drogas ligadas à violência.” (Conselheiro 2).

“Tem aumentado muito o uso de álcool, principalmente temos inúmeras denúncias de adolescentes alcoolizados em praças públicas, final de aula, danceterias.” (Conselheiro 3).

Percebe-se que a associação entre fazer uso de bebidas para ousar no plano da sexualidade possui nexos com ritos de iniciação da masculinidade ou com estereótipos sobre gênero e, ainda, com a construção do ser homem a partir de certos parâmetros. Os primeiros contatos com o álcool ocorrem por intermédio da família – principalmente dos pais⁵. A intenção dos pais seria iniciar seus filhos na bebida para evitar que a curiosidade se desse em outro meio, quando não poderiam intervir. Essa situação demonstra que os pais acreditam que têm algum controle em determinadas situações ligadas ao consumo de álcool, o mesmo não ocorrendo com as drogas ilícitas.

O álcool está inserido na cultura, presente nos lazeres e encontros adolescentes, dentro das casas, tanto na vida profana como no ritual religioso. Desse modo, consumir álcool pode parecer normal para o adolescente sem muita censura ou orientação por parte dos pais.

Conforme estudo apresentado pela UNESCO, “estudantes começam a beber por curiosidade, pelo desejo de inserção social, para esquecer problemas e para ter coragem nas paqueras” (NOSSA, 2002).

Na elaboração de sua identidade, o adolescente pode perceber que o álcool ameniza momentos de angústia e interfere na descoberta da busca do novo sentido de si mesmo, porém, esse amenizar pode implicar um sentido de vida fragilizado. Geralmente, o adolescente percebe que

quando consome álcool, teoricamente, as coisas ficam mais fáceis. Contudo, não entende que, inadvertidamente, pode transformar o consumo de álcool como parte da busca de seu sentido de vida e de ser-no-mundo, ou seja, tornar o consumo de álcool ingrediente indispensável na elaboração de sua crise.

A facilidade do adolescente em adquirir bebidas alcoólicas fez com que seis escolas apoiadas pela comunidade escolar, ou pelos órgãos oficiais, procurassem intervir no entorno da escola, como nos casos de bares e postos de gasolina, conforme a fala de suas pedagogas:

Juntos do Conselho Tutelar fomos buscar os alunos que estavam no bar e casa de games próximo da escola. (Pedagoga 17).

Os proprietários já foram alertados e cobrados pela promotoria pública, além dos pedidos da Direção e Orientação Educacional do colégio. (Pedagoga 18).

A direção compareceu ao bar e advertiu a proprietária de que se houvesse reincidência comunicaria à polícia. (Pedagoga 19).

Em outra situação os policiais foram comunicados. (Pedagoga 20).

O proprietário é pai de aluno e a Patrulha Escolar conversou com o mesmo. (Pedagoga 21).

A escola entrou em contato com a Patrulha, que fez uma reunião com os pais. (Pedagoga 22).

Em nossa região ocorreu uma manifestação liderada pela associação de moradores do bairro, a qual culminou com o fechamento de um bar que se localizava em frente à escola. (Pedagoga 23).

Já outra escola reagiu de forma diferente: “Não foi preciso entrar em contato com os donos de bares porque nossos alunos não os frequentam”. (Pedagoga 1).

Algumas pedagogas demonstram um desânimo muito grande quanto à presença de bares ao redor da escola: “As atitudes tomadas não tiveram bons resultados”. (Pedagoga 13); “O aluno alcoolizado foi levado pelo SIATE e ainda assim o bar continua aberto”. (Pedagoga 14); “Algumas vezes os alunos deixam de frequentar as aulas, mas o

⁵ Dados do CEBRID (1997) apontam que 28% dos alunos pesquisados experimentaram bebidas alcoólicas pela primeira vez em sua própria residência.

dono do bar é pai de aluno, não temos subsídios para enfrentar essa situação”. (Pedagoga 15).

Embora o álcool seja uma droga legalizada, existem restrições legais quanto à sua venda e consumo para menores de 18 anos, ratificadas pelo artigo 81 do Estatuto de Crianças e Adolescentes - ECA. O Decreto-lei 28.643, em vigor desde agosto de 1998, proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas a menos de cem metros dos estabelecimentos de ensino. Na prática, sabe-se que adolescentes consomem bebida alcoólica publicamente, sem que sejam obrigados, pelos locais de venda, a apresentar documento que comprove idade igual ou superior a 18 anos para que a bebida seja vendida.

2.2 Representação social sobre prevenção

O grande dilema da escola está na sua forma de atuar. Tem-se constatado que, em geral, o profissional se vê despreparado para atuar na prevenção. Quando participa de cursos, não consegue viabilizar na prática os conhecimentos teóricos e as informações que lá recebe e sente-se impotente e solitário dentro da escola. Sua preocupação não atinge os demais profissionais da escola, por isso às vezes se omite ou adia sua atuação.

A respeito dos eventos de formação continuada, as pedagogas destacaram a necessidade de palestras educativas, para os professores e outros profissionais que trabalham nas escolas, e também de palestras para os pais, ressaltando que esse trabalho deve ser liderado por profissionais competentes na área. Como “santo de casa não faz milagres”, muitas escolas terceirizam a incumbência da formação em serviço e do trabalho com a prevenção.

A prevenção de drogas nas escolas é uma decisão política e conjunta e deve envolver todos os profissionais da escola, pais e alunos. As capacitações dos profissionais permitem dar ao tema uma perspectiva mais realista e isenta de preconceitos, a fim de que percebam que dificilmente existe escola sem problemas relacionados aos diversos tipos de drogas.

Tiba (1994) enfatiza a necessidade de os professores se prepararem para a convivência diária, realizando a prevenção primária, transmitindo uma postura de vida, evitando palestras gigantes-

cas com grande público. Faz-se mister desmistificar o assunto, adotar atitude de compreensão do fenômeno e estar atento para detectar quando o aluno inicia o uso, já que a família, nas palavras de Tiba, vive a “cegueira psíquica”, devido ao seu envolvimento emocional e ao não querer enxergar. A escola tem mais condições de perceber as alterações do comportamento do aluno e agir com coerência e bom senso, sem atitudes levianas e sem cometer injustiças, como querer responsabilizar a droga por tudo que aconteça.

A instituição escolar pode ser um local privilegiado para atingir o adolescente, mas a utilização de fórmulas desgastadas ou os discursos descolados da realidade desses jovens geralmente têm colaborado para o afastamento da maioria deles. Os professores têm que procurar caminhos para lidar com os diferentes tipos de problemas e não fazer de conta que não existem ou que são de outra natureza. Precisam perceber que a cristalização em torno de soluções simplistas que se baseiam em tarjas como “o adolescente” ou “o pobre” retira de cena as várias faces dos adolescentes pobres, podendo assim racionalizar de maneira simplificada a questão.

Alguns pedagogos sentem necessidade de proteger o ambiente escolar, transferindo, assim, certos problemas para o ambiente externo à escola. É uma forma de compartilhar com a sociedade a responsabilidade pela conscientização e prevenção em relação a esses problemas. Segundo Abramovay e Rua (2001), esses profissionais assumem a tendência de amenizar a responsabilidade da instituição escolar, tanto diante do fenômeno em si quanto diante do seu enfrentamento.

Minha escola é pequena e de periferia, não temos problemas com drogas. (Pedagoga 1).

Se nossos alunos freqüentam bares é fora do horário de aula. (Pedagoga 2).

Já tivemos problemas de alunos virem bêbados para a escola, mas se embriagaram na rua, a direção não permitiu a sua entrada com receio de que em outra ocasião isso viesse ocorrer novamente. (Pedagoga 3).

Não temos nenhum caso, nem suspeitamos. Portanto, não tomamos providências. (Pedagoga 4).

Se, por um lado, as questões de natureza macrossocial são conhecidas e consideradas pelas pedagogas, por outro lado tais questões tendem a aparecer de maneira menos elaborada e mais dispersa. Talvez por isso essas profissionais se interessam mais pelos aspectos microssociais, especialmente por aqueles que se referem às relações familiares, o que leva a crer que, na pesquisa realizada, suas experiências concretas ou o conteúdo de suas informações enveredaram nesse sentido, já que as ponderações sobre o papel das escolas e dos educadores na questão das drogas constituem, certamente, uma tarefa mais abstrata.

As escolas não devem ignorar a problemática das drogas, querendo assim que o seu nome seja preservado na comunidade em que se localizam, esquecendo que a questão da droga não escolhe esta ou aquela escola, mas sim a juventude, onde quer que ela esteja. Infelizmente, o fazer de conta que o problema não existe ou não falar sobre ele não quer dizer que nesta ou naquela escola a questão da droga não esteja incomodando ou até tirando noites de sono dos professores, já que eles não conseguem bons resultados de aprendizagem com os alunos que se envolvem com drogas.

Percebe-se, muitas vezes, a psicologização das questões de dificuldade de ensino e aprendizagem, remetendo os problemas educacionais para a esfera dos fatores supostamente subjetivos, relegando os determinantes histórico-sociais da vida real a um plano secundário de influência na educação. Advoga-se que faz parte do processo de compreensão da realidade o entendimento das questões macrossociais a serem enfrentadas. Na verdade, a criminalização da droga e do tráfico, as desigualdades sociais, a política e o papel das instituições devem ser questões enfrentadas e discutidas junto aos escolares.

Há um equívoco em acreditar que é necessário saber identificar o aluno usuário, saber qual seu perfil, para depois fazer prevenção. A prevenção deve ser trabalhada com todos os alunos, e ao aluno usuário cabe outro procedimento, podendo ser tratamento ambulatorial, internamento ou redução de danos. Na fala das pedagogas, no geral, nota-se um discurso sobre drogas sem dissonâncias significativas, muito embora, entre algumas ainda se mantenham idéias preconcebidas, que parecem fortemente arraigadas, como é o caso do

“perfil do usuário” – visão que uniformiza todos os usuários de drogas como fracos, estranhos, com problemas familiares, etc. O temor com relação à abordagem do tema e o grande preconceito contra o usuário se encontram, muitas vezes, arrefecidos. Isso se evidenciou em 25 questionários dos 39 analisados. As pedagogas relataram que muitos professores não conseguem identificar o aluno usuário de droga:

Minha escola precisa de capacitação com especialistas para saber identificar os usuários. (Pedagoga 24).

Os professores precisam conhecer melhor a fase da adolescência. (Pedagoga 25).

Temos alguns alunos com comportamentos estranhos. (Pedagoga 26).

Não sei se é drogado. O que fazer quando suspeitar ou tiver comprovado? (Pedagoga 27).

Novamente, percebe-se aí a representação de que é necessário comprovar que o problema existe, para depois iniciar a prevenção, quando esta deveria, como o próprio nome diz, chegar antes.

Diante desse quadro, muitos profissionais procuram por modelos, ou seja, querem saber como poderão fazer a prevenção contra drogas. Carlini-Cotrim e Pinsky (1989) fazem um resgate na literatura, trazendo alguns exemplos de modelos: o oferecimento de alternativas, o amedrontamento, o modelo do conhecimento científico, o modelo de educação afetiva e o modelo do estilo de vida saudável.

O oferecimento de alternativas é um modelo de prevenção que acredita que drogas têm suas raízes em problemas e tensões sociais enfrentadas pela juventude, que procuraria a droga como escape às pressões e frustrações vividas. Falta de perspectivas no mercado de trabalho, um sistema educacional inadequado e distante da realidade dos jovens, ausência de opções e atividades culturais e fechamento do espaço de participação política são alguns dos fatos associados, nessa teoria, ao abuso de drogas. Assim, esse enfoque difere dos outros por não propor uma intervenção no uso de drogas em si, mas nas condições sociais que se acredita facilitarem o hábito de consumi-las.

Alguns exemplos de intervenções adotadas por esse modelo são: estruturação de grupos culturais e esportivos atuantes fora do horário escolar, implantação de programas extracurriculares de instrução profissional, incentivo à formação de grupos de jovens para discussão de seus problemas sociais e afetivos ou formação de escolas especiais que levem em conta especificidades culturais de certos segmentos sociais, como por exemplo, minorias étnicas. A aplicação de programas de oferecimento de alternativas é encarada como o procedimento mais adequado de atuação do Terceiro Mundo, no caso de populações marginalizadas e carentes de países subdesenvolvidos.

Esse modelo foi apontado pela maioria das pedagogas pesquisadas, como se pode observar nestes dois depoimentos: “É o ideal, já que estaria ocupando os jovens com atividades saudáveis”. (Pedagoga 18); “Oferecer lazer, esportes e iniciação profissional aos alunos através de técnicos remunerados pela Secretaria de Educação ou conveniados com empresas, no contraturno da escola”. (Pedagoga 20).

Foi diferente o posicionamento das pedagogas 14, 15, 16, que acreditam no **modelo do amedrontamento**: “Precisamos de palestras chocantes”. “É necessário promover visitas a cadeias, ao SAS⁶”. “Os alunos não acreditam no que pode acontecer com eles se usarem drogas”.

As concepções aí implícitas estão também presentes nas matérias veiculadas pela imprensa. A mídia tem-se mostrado cada vez mais alarmista no tratamento que dispensa à questão das drogas (CARLINI-COTRIM et al., 1995). Invariavelmente, dá ênfase às “cenas da droga” e relata com destaque as mortes de pessoas famosas por overdose, tratando de relacionar drogas ilícitas com “vidas irregulares” e “fins trágicos”.

Há algumas décadas, acreditou-se que campanhas de informação que expusessem somente os lados negativos das drogas seriam eficientes

para persuadir as pessoas a não começarem a usar drogas, ou a pararem de usá-las. Atualmente essa crença esta bem abalada, particularmente quando se trata de atuar junto a populações mais jovens. Os resultados decepcionantes dessa linha educacional podem ser explicados pela tendência dos jovens de se sentirem atraídos por comportamentos que envolvam desafio ao perigo. Outro fator seria a falta de credibilidade que o modelo do amedrontamento geraria: uma razoável parcela dos jovens tem ou teve experiências com drogas e podem contrastar sua própria vivência com as informações unilaterais fornecidas nesse tipo de educação. Como a maioria dos problemas mais sérios com drogas só aparece em usuários crônicos, a estratégia de amedrontamento acabaria desmoralizada.

O modelo do conhecimento científico surge da crítica do modelo anterior e propõe o fornecimento de informações sobre as drogas, de forma imparcial e científica. A partir dessas informações, segundo o modelo, os jovens poderiam tomar decisões racionais e bem fundamentadas sobre as drogas.

As pedagogas pesquisadas acreditam que precisam de conhecimento científico para depois trabalhar com os alunos: ‘Capacitar profissionais de forma consciente, enfocando o lado científico. (Pedagoga 30); “Explicação dos riscos e seqüelas e das interferências na aprendizagem”. (Pedagoga 28); “Trazer atividades para que os jovens tomem ciência dos prejuízos causados”. (Pedagoga 31); “Conhecer mais sobre a reação das drogas no organismo, para identificarmos os alunos usuários”. (Pedagoga 24).

O que se verifica nas colocações feitas pelas pedagogas é que a necessidade de conhecimento científico não advém de incompetência do professor, mas da falta de um preparo adequado para o ofício docente. Luz (1996) analisa isso como despreparo dos professores para assuntos que vão além da sua formação específica, deficiência na comunicação e acesso difícil a informações, falta de acompanhamento sistemático das ações preventivas e ausência de uma concepção concreta sobre drogas.

Infelizmente, as avaliações realizadas sobre a eficácia desse tipo de educação foram bastante desanimadoras. Pesquisas constataram que,

⁶ Serviço de Atendimento Social, conhecido como cadeia para jovens em conflito com a lei, visitado pela pesquisadora em agosto de 2006. Funciona numa estrutura física precária, ou seja, as celas individuais foram adaptadas num porão de uma residência. No dia da visita, contavam com 18 adolescentes, sendo que 16 foram detidos pela polícia cometendo crimes sob efeito de drogas, ou para terem recursos para comprarem drogas. No SAS, os adolescentes ficam por um período de até 45 dias, aguardando decisão judicial.

apesar de uma grande parcela de jovens ter revelado que assimilou informações oferecidas pelos programas, isso não implicou a diminuição da porcentagem de usuários de drogas entre eles. A explicação mais corrente para esse fato é a de que as informações imparciais sobre drogas influem de maneira dupla: entre aqueles que usam drogas, elas gerariam maior nível de conhecimento formal sobre as mesmas, mas não uma mudança de atitude; já entre aqueles que não usam drogas por temerem seus efeitos, o conteúdo desse modelo educacional serviria para rebaixar o medo e a tensão e propiciar uma mudança de atitude e comportamento favorável ao uso de drogas.

Sheppard (1998) é um dos poucos autores que não acredita que seja assim tão simples a associação entre conhecimento científico e uso de drogas. Para ele, as pesquisas detectaram possivelmente uma maior facilidade dos usuários de drogas em assimilarem conteúdos sobre a questão e/ou uma maior ênfase dos professores ao falarem a alunos sabidamente usuários. O autor não acredita, também, que simples informações sejam capazes de provocar nas pessoas a decisão de usar drogas. Isso não quer dizer que ele defenda essa estratégia educacional, mas que questiona os resultados pessimistas obtidos. Esse modelo ainda é muito utilizado, principalmente como auxiliar na estruturação de programas educativos mais amplos. (ONU, 1987).

Já o **modelo de educação afetiva** se propõe a modificar fatores pessoais que são tidos como passíveis de predispor ao uso de drogas. Constitui-se de um conjunto de técnicas que visam a melhorar ou desenvolver a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir e interagir em grupo, a comunicação verbal e a capacidade de resistir às pressões do grupo. A droga em si nunca é tratada como questão central, mas freqüentemente é um dos vários tópicos de tais programas. A eficácia desse tipo de intervenção é uma questão bastante polêmica, o que em parte pode ser conseqüência dos poucos anos de experiência que se tem.

A literatura analisada por Carlini-Cotrim e Pinsky (1989) aponta com freqüência também as dificuldades de viabilizar programas dessa natureza nas instituições escolares, permeadas pela tradição e pela dificuldade em absorver mudanças. Os professores teriam que passar por treinamento

bastante intenso e estarem dispostos a estabelecer uma dinâmica diferenciada na sala de aula, para conseguirem lidar com características pessoais e psicológicas dos seus alunos.

A estratégia central do **modelo do estilo de vida saudável** é a de promover estilos de vida associados à boa saúde. Assim, não usar drogas seria um dos elementos de uma maneira de viver que incluiria também alimentação balanceada, controle de peso, das taxas de colesterol e da pressão arterial, exercícios físicos regulares, etc. Esses comportamentos têm sido muito incentivados pelos meios de comunicação e encontram muitos adeptos ultimamente. Na França, tal proposta tem sido trabalhada na escola por meio da disciplina “Ecologia Médica”, na qual se discute uma série de problemas advindos do avanço tecnológico e da sociedade urbana industrial, assim como também estratégias para superá-los. Poluição, barulho, trânsito, substâncias cancerígenas, perigo atômico, drogas, álcool e tabaco são os principais tópicos da “Ecologia Médica”.

Os modelos anteriormente citados são os que mais se aproximam do proposto pelas últimas capacitações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação e do programa de prevenção da polícia militar – PROERD.

2.3 Representação social sobre a escola de qualidade

O discurso pela Qualidade Total foi iniciado pelo estatístico norte-americano Deming que, no início da década de 1950, auxiliou os japoneses na implantação da qualidade a fim de garantir a melhoria de seus produtos. Isso, através do controle estatístico. A partir daí, os princípios de Deming foram propagados e se constituíram numa verdadeira mudança de paradigmas, pois o termo Qualidade Total, voltado inicialmente às indústrias, acabaria por ser absorvido pelo comércio e pelo ramo de prestação de serviços em geral, fazendo surgir a ISO, International Standart Organization, para regularizar e normatizar o desenvolvimento e o processo da qualidade dentro das instituições. A qualidade passou a ser o diferencial de produtos e serviços e a preocupação com a implantação de um projeto de Qualidade Total atingiu todos os setores, chegando às escolas com o patrocínio do MEC. Sua implantação exige uma mudança cultural, a visão da educação

como um produto e não como um processo. Dentro das instituições de ensino, a qualidade total fundamenta-se nos seguintes princípios: a qualidade no ensino escolar só poderá ser alcançada a partir da definição de uma missão, que defina objetivos; a escola deve perceber os alunos e pais como clientes da instituição e buscar atender suas expectativas, preferencialmente superando-as; a escola deve envolver todos seus clientes, diretos e indiretos. Deve procurar saber o que pensam, discutir as decisões a serem tomadas; objetivando satisfazer plenamente as necessidades de seus clientes, a escola deve promover a capacitação e o treinamento constante de seus funcionários, que devem estar em constante aperfeiçoamento; a liderança tem papel primordial. É através de uma boa liderança que se atinge bons resultados (FERREIRA, 2002, p. 39).

O que chamou bastante atenção na análise dos questionários foi o fato de 12 das 39 pedagogas acreditarem que escola boa era aquela do passado, sem droga, sem violência e sem indisciplina. É recorrente nas depoentes um tom de nostalgia e lamento frente à constatação de que a escola atual não tem a mesma qualidade e não é tão eficaz quanto a de antigamente. Essas pedagogas apontam a possibilidade de ingresso de qualquer aluno na escola, sem seleção, como um dos fatores responsáveis por essa queda da qualidade do ensino de hoje, pelo aumento de indisciplina e da violência e pela conseqüente perda do prestígio anterior. A representação de que a escola do passado foi melhor é notória não somente na fala dos professores como também na fala de muitos pais dos alunos, que se deixam levar pelo saudosismo de uma época que não volta mais e se esquecem de que essa escola “boa” era elitista, e só com muita luta foi democratizada.

Na educação, *a priori*, é preciso afirmar que a temática da qualidade tal como tem sido posta pelo pensamento neoliberal⁷ alija do campo de

⁷ O pensamento neoliberal enfatiza a afirmação sempre renovada da primazia da sociedade civil, buscando formas novas para que esta primazia possa se exprimir, deixando com o Estado apenas a tarefa de garantir para todos a lei comum, bem como a função de órgão equilibrador e incentivador de iniciativas autônomas da sociedade civil. A única alternativa desta volta à sociedade civil e ao mercado é o Estado de corporações,

discussão o tema da igualdade. De acordo com as análises de Gentili (1995a, p. 115), “na América Latina o discurso da qualidade referente ao campo educacional começou a desenvolver-se em fins da década de 80 como contraface ao discurso da democratização”. Essa operação foi possível - em parte - devido ao fato de os discursos hegemônicos sobre a qualidade terem assumido o conteúdo que este conceito possui no campo produtivo, imprimindo aos debates e às propostas políticas do setor um claro sentido mercantil de conseqüências dualizadoras e antidemocráticas.

A representação de que “no meu tempo era melhor” (Pedagoga 1), de que “a escola em que estudei era uma escola de qualidade” (Pedagoga 2), de que “os professores que eu tive é que eram bons, exigentes, cobravam a disciplina” (Pedagoga 3), está presa à idéia de que alguma coisa se perdeu e não existe mais. Tal idéia está associada ao próprio conceito de “escola de qualidade”, o qual está ancorado no passado.

Em pesquisa desenvolvida por Alevato (1999) sobre a qualidade da escola, percebeu-se que as representações a respeito a colocam como algo que existia no passado e se perdeu no presente. É uma representação social que nega o presente, que nega a situação. A qualidade, enquanto representação social, está ancorada no passado, assim como nele estão ancorados a disciplina e os valores. Essa é uma forma de negar o presente, de não aceitá-lo.

Uma pedagoga que ingressou no quadro do Estado no ano de 1994, através do último concurso, afirma que escuta muito na sala dos professores de sua escola que os alunos não são mais os mesmos, a escola mudou. De fato, justamente por acolher a todos, tornaram-se necessárias muitas mudanças nas escolas contemporâneas, nos currículos, nas relações com a sociedade, na formação de professores, no diálogo com os segmentos da comunidade escolar e local. Mas essas mudanças não significam perda de qualidade; ao contrário, devem possibilitar avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem.

que se baseia nas organizações dos grandes interesses privados e na sua colaboração, a nível político, nas decisões estatais. (BOBBIO, 2002, p. 705).

É urgente romper criticamente com a representação social, muito freqüentemente expressa na linguagem do senso comum, de que a democratização da educação anda inevitavelmente de mãos dadas com a perda da qualidade científica e pedagógica dessa mesma educação. Essa idéia é nefasta em todos os sentidos. Ela tem subjacente a falsa visão de que os pobres são naturalmente menos inteligentes do que os ricos, ou de que não precisam nem são capazes de aprender as mesmas coisas – o que leva muitos professores a adotar estilos de ensino menos exigentes, a propor tarefas intelectualmente mais simples, a usar métodos pedagógicos menos estimulantes, ou seja, a não investir afetiva e profissionalmente nas crianças dos grupos sociais desfavorecidos.⁸

2.4 Representação social sobre violência

Outra representação muito forte nas escolas é relacionar drogas com violência. Chamar a polícia para resolver esses problemas tem se tornado uma prática comum, principalmente nas escolas do estado do Paraná, através do projeto Patrulha Escolar.

O pânico e o medo são fatores que corrompem práticas democráticas, calcadas na idéia de direitos. Algumas medidas recentes, como o uso de detectores de metal na porta de entrada das escolas, as câmaras espalhadas nos corredores e pátio de colégios particulares e alguns estabelecimentos públicos, a proposta do exame antidoping para identificar usuários de drogas, exprimem necessidades extremas de controle disciplinar sobre crianças e jovens, e o reconhecimento dos sinais de mudança e de crise das instituições socializadoras.

Como herança negativa dessas práticas - desde o final da década de 80, espraiando-se até os dias atuais - grande parte dos episódios ligados

à indisciplina fora de sala de aula, ameaças de agressão, brigas entre alunos ou jovens moradores dos bairros resultam em demandas de interferência dos organismos de polícia na vida escolar. Sobre tudo nos últimos anos, disseminou-se a prática de registrar as ocorrências em delegacias policiais, na ronda escolar ou, em muitos casos, de chamar a polícia para intervir nas escolas. (BATISTA, 2001). Sendo considerada a violência em meio escolar apenas questão de segurança e, portanto, passível de intervenção policial, as medidas de cunho educativo propendem a ficar minimizadas, reiterando certas concepções enraizadas na sociedade brasileira, que tendem a tratar a questão social como questão de polícia.

A presença cada vez mais naturalizada da polícia na escola - no caso no Estado do Paraná, na forma da Patrulha Escolar - faz necessária uma abordagem mais cuidadosa do que as simplificações que não pensam a origem das polícias militares na sociedade brasileira e seu papel no processo de militarização dessa sociedade. O que é preciso refletir é sobre o fato de que a Patrulha, mesmo adjetivada com o termo de “escolar”, mantém o caráter de “policialização” das políticas, sobretudo para a população jovem, pobre, negra e da periferia.

Para corroborar essa reflexão, cita-se uma entrevista concedida pelo Professor Miguel Arroyo⁹, em que ele afirma: “Polícia na escola é sinal de fracasso”. Segundo o entrevistado, “está havendo uma campanha de difamação da infância e é necessária uma reação da sociedade”.

A tardia ampliação de direitos se faz no contexto de uma sociedade muito desigual, com índices alarmantes de pobreza e violência e em que a falta de oportunidades de formação para os jovens, em geral, é um fato facilmente comprovado pela precariedade das condições de vida de grande parte da população brasileira. No entanto, essa sociedade não tem sido solidária à infância e à juventude, sobretudo das camadas mais pobres da população. Isso se dá também porque, ainda que todos os dados estatísticos apontem o jovem como vítima da violência, ele é sistematicamente tratado como réu, como o causador da violência.

⁸ Para uma análise sociológica dos diferentes padrões de pedagogia em três escolas freqüentadas por alunos de classe sociais diferentes, ver o trabalho de Tomaz Tadeu da Silva (1992), sobretudo o capítulo 6. Como afirma esse autor, “Os padrões dominantes de trabalho escolar e de controle nessas escolas apresentam características diferenciadoras, sugerindo que, a despeito de uma mesma aparência, os alunos de cada uma delas experimentam, na verdade, tipos diferentes de escolarização a adoção de um mesmo formato escolar, oculta o fato de que as experiências educacionais oferecidas às crianças das diferentes classes sociais que freqüentam essas escolas são de natureza e qualidade distintas” (p.115).

⁹ Jornal Gazeta do Povo, 02/05/06

Tal mudança ocorre em meio a uma situação de crise econômica e social que reduz a possibilidade de ascensão e mobilidade social, via escola, pondo em xeque sua eficácia enquanto agência socializadora. A percepção dessa ineficácia inserida num quadro de aspiração por maior igualdade tem trazido, com a democratização (PERALVA, 2000), o distanciamento entre o mundo juvenil e a cultura escolar, o crescimento da violência criminal, a partir dos anos 1980, constituindo-se, assim, em processos que criam cenários importantes na disseminação da indisciplina e de práticas violentas nas escolas de todo o país.

A expansão do mercado de cocaína e crack – drogas que provocam uma forte compulsão para o uso – envolve o usuário numa trajetória que, quase invariavelmente, termina com a perversa combinação de exclusão social, cadeia e morte violenta. (ZALUAR, 1996). As notícias do narcotráfico e prisões de traficantes, a vulgaridade do crime, a passividade da sociedade diante da violência e a sua resignação perante a onda de individualismo, ambição e egoísmo que açoita a civilização têm minado o poder de resistência de muitas pessoas contra as drogas.

Procurando entender como as políticas públicas são engendradas, foi usada na pesquisa a análise documental como instrumento complementar para verificar atas, relatórios, documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar, bem como entrevista com a assessora técnica do CMDCA, entrevista com o presidente do Conselho de entorpecentes e aplicação de questionários aos conselheiros tutelares. Segue adiante a análise desse material.

2.5 Representação social sobre política pública de drogas

Dos dez conselheiros, oito contribuíram com a pesquisa relatando que:

Não há envolvimento da escola como denunciante, talvez por medo(...). As denúncias e a solicitação de auxílio na maioria das vezes não é efetuada pela escola e sim pela família... A família demonstra preocupação, mas pouco se conversa sobre o assunto. Fazem vista grossa... A cada dia, crianças estão se envolvendo com drogas. As famílias com poder aquisitivo

encaminham seus filhos para internação em clínicas particulares. Com o crescente número de favelas a crianças ficam expostas a riscos cada vez maiores, devido à condição de pobreza.

Todos os conselheiros reclamaram da falta de atendimento para adolescentes masculinos, com idade entre 10 e 18 anos, num local apropriado e nos moldes da Comunidade Terapêutica Rosa Mística, que atende à demanda de adolescentes femininos. Reclamaram também que não existe em Ponta Grossa um local efetivo de encaminhamento para o tratamento.

Os encaminhamentos são um paliativo, os adolescentes e crianças são encaminhados ao Conselho Municipal Antidrogas (COMAD). E em casos mais graves solicita-se intervenção judicial para tratamento em outras comarcas onde existe um local próprio para o tratamento (difícil efetivação, poucos casos foram encaminhados)

Os locais mais citados pelos conselheiros para encaminhamentos foram: Comunidade Terapêutica Rosa Mística e Centro Jovem de Combate às Drogas. Eles falaram sobre a dificuldade nos encaminhamentos e acompanhamentos dos casos que chegam até o Conselho. Disseram que o COMAD e o ambulatório de saúde mental são insuficientes para atender a demanda. A falta de atendimento especializado induz o dependente químico a não participar das seções com psicólogo e/ou psiquiatra. Na maioria das vezes ele não aceita também a medicação.

Os pedagogos reclamaram que não têm retorno dos poucos casos encaminhados para o Conselho Tutelar, e que acabam desistindo devido à dificuldade de entrar em contato com o Conselho. Os conselheiros falaram da dificuldade de acompanhar satisfatoriamente os casos de drogas que chegam até eles. Assim, o que se constata é que muitos alunos envolvidos com drogas ficam sem o atendimento necessário, o que contribui para o agravamento do quadro em que eles se encontram.

As regiões de Ponta Grossa que apresentam problemas com drogas em números bastantes preocupantes são: bairro de Uvaranas (Vilas: Cel. Cláudio, Princesa, Tarobá, Pitangui, Pimentel),

bairro de Santa Mônica (Vilas: Cristina, Hilgemberg, Dalabona) e Parque Auto-Estrada. Essa informação foi fornecida pelo Conselho Tutelar e confirmada pela Polícia Militar de Ponta Grossa.

Nas regiões indicadas estão as favelas, bolsões de pobreza que nos últimos dez anos tiveram os índices duplicados. Infelizmente, em Ponta Grossa persiste a idéia de que substâncias ilegais e pobreza estão interligadas. Essa idéia parte de um determinismo biológico, social e econômico. Por exemplo, se é verdade que existe uma relação entre altas taxas de violência e uso de drogas em determinados bairros pobres, há grandes diferenças de taxas entre bairros com a mesma situação sócio-econômica estrutural. Dessa forma, há necessidade de se reconhecer a complexidade do contexto social, da dinâmica das comunidades, das normas culturais historicamente construídas e dos fatores de personalidade e individualidade.

Quanto à presença de bares ao redor das escolas, os conselheiros confirmaram essa informação e esclareceram que foram realizadas rondas preventivas nesses locais, acompanhadas pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e por componentes do Departamento de Alvarás e Vigilância Sanitária.

Normalmente o proprietário do estabelecimento é orientado e muitas vezes advertido. Também é lhe entregue uma portaria da Vara de Infância e Juventude que regula a entrada e permanência de adolescentes e crianças em determinados locais, e ainda reforça a proibição da venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes. Porém, seria necessário um Batalhão para realizar abordagens de orientação individual, devido ao grande número de jovens adolescentes que ocupam esses locais. (Conselheiro)

Em relação às políticas públicas, as falas a seguir mostram os pontos de vista dos depoentes em relação ao período e tema pesquisados:

[...] sair do discurso e ir para a prática. É necessário um local para desintoxicação e tratamento de crianças e adolescentes comprometidos com as drogas. Neste local deve existir uma equipe técnica experiente, no mínimo, psicólogo (a), assistente social, pedagogo e educadores sociais, além de profissionais da área de saúde. O que deve existir é uma rede de prevenção. O COMAD é totalmente sem estrutura

para desenvolver os objetivos [...]. (Conselheiro).

A melhor política criminal é a política social. Acredito na justiça terapêutica, que para o usuário deve ser uma e para o dependente tem de ser outra. Para o usuário bastaria uma orientação ou tratamento ambulatorial, já o dependente precisa de tratamento ambulatorial, hospitalar ou em regime de abrigo. (Promotor).

Tanto o promotor quanto os conselheiros foram unânimes com relação aos poderes públicos. O Poder Executivo alegava que pegou a prefeitura falida e sem recursos de operacionalização. Ainda não havia efetivado algo a respeito da problemática das drogas em Ponta Grossa.

A descontinuidade dos programas, o descaso dos administradores públicos e a reorientação de natureza político-administrativa vinham colocando sobre a escola o ônus do descompromisso, e sobre a comunidade escolar o desânimo. O efeito dessa situação sobre a formação dos jovens se mostrava bastante perverso.

Não havia por parte do COMAD a efetivação de uma política profilática preventiva. Segundo o promotor, não se tinha essa prática na cidade por falta de estrutura física e humana.

Cabe ao COMAD o papel de assegurar a plena mobilização e a indispensável capacitação da municipalidade, interagindo com os vários segmentos dos poderes públicos e sociais do município. Assim, os Conselhos Municipais Antidrogas devem integrar-se na ação conjunta e articulada de todos os órgãos federais, estaduais e municipais que compõem o Sistema Nacional Antidrogas.

O Conselho tem a finalidade de estabelecer a Política Municipal de Prevenção às drogas, mas, segundo o presidente do COMAD de Ponta Grossa, essa atuação tem sido bastante tímida. Quando fala do Conselho, o referido presidente usa, às vezes, a nomenclatura antiga (COMEN - Conselho Municipal de Entorpecentes).

Estamos fazendo uma série de reuniões, onde discutimos o nosso papel, o que fazer diante das adversidades, dificuldades em que nos encontramos. E, chegamos à conclusão que devemos fazer uma adaptação da lei. São uma série de ajustes que devem ser feitos, até mesmo para que o COMEN tenha uma ação mais

efetiva, e mais eficaz. Tanto no que se refere à questão do tratamento dos encaminhamentos as casas de apoio, mesmo às clínicas que dependem também de nossa ajuda. E o COMEN tem essa obrigação, tem esse dever de criar as condições para que as casas funcionem. (Atual presidente do COMAD)

Percebem-se, nesse depoimento, três pontos importantes. Primeiro: não está claro o papel do Conselho perante a comunidade e também perante os próprios conselheiros. Sem essa definição, a atuação não é a esperada. Segundo, os ajustes à lei a que o presidente do Conselho se refere consistem em adequar a lei municipal à diretriz nacional. Dentre as alterações elencadas está a alteração do nome do órgão responsável pela questão das drogas nos municípios, de COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes) para COMAD (Conselho Municipal Antidrogas). Terceiro, o presidente do COMAD reconhece a necessidade de o Conselho se estruturar adequadamente para dar condições às Comunidades Terapêuticas (CT) de funcionarem e receberem os dependentes químicos que o referido Conselho lhes encaminha.

Sobre a participação da comunidade pontagrossense para fortalecimento do COMAD, o presidente revela:

A própria legislação prevê a participação das empresas e do poder público, inclusive com a isenção do imposto de renda, naquelas contribuições que as empresas derem ao COMAD ou à causa antidrogas. Então é uma questão que devemos levantar em discussão em estudos jurídicos, e ver de que forma nós vamos encaminhar essa política, não no sentido de intimidar, mas forçar essa participação. Mas, no sentido mesmo de parceria, da voluntariedade. É nesse aspecto que eu vejo, entendo que o Conselho deva participar. Porque aí estaríamos resolvendo os problemas das CTs, que devem sofrer adaptações para atender às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que estabelece regras rígidas para o devido funcionamento.

O COMAD tem procurado levantar recursos para adequar as CTs às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, bem como sensibilizar a comunidade para o voluntariado. Nas visitas às CTs, contata-se a participação de um número expressivo de funcionários voluntários...O COMAD precisa efeti-

var o Fundo de Prevenção às drogas, nós não estamos estruturados. Este fundo não entrou em funcionamento. Então por isso eu digo que devemos partir primeiro para uma reformulação política. (atual presidente do COMAD).

O Fundo Municipal de Prevenção ao Abuso de Drogas – FUNPRED, a que o presidente do COMAD se refere, já se encontra atualizado pela vigente Lei Municipal nº 6.886/02, cuja nova nomenclatura é REMAD (Recursos Municipais Antidrogas). Esse Fundo, previsto em lei desde 2002, não foi efetivado no município de Ponta Grossa. Assim, o COMAD passa por inúmeras dificuldades financeiras, inviabilizando muitos dos objetivos propostos.

Quanto à representatividade da sociedade através do colegiado do COMAD, é importante destacar que o colegiado existe há mais de dez anos, dando sustentabilidade ao Conselho. Assim, durante todo esse tempo já possui normas gerais de funcionamento. O que está se buscando é a ampliação do colegiado. (atual presidente do COMAD).

É preciso admitir que temos responsabilidade social com o que está acontecendo. Precisamos exercitar o princípio de co-responsabilidade. A sociedade brasileira é muito imatura em termos de ambiência democrática, (temos 17/18 anos de Constituição Federal). É um tempo pequeno para que a sociedade se conscientize que temos deveres e não somente direitos. Responsabilidade social é o caminho. Hoje, as empresas procuram o selo social, mas a questão não é somente de responsabilidade da pessoa jurídica, como também da pessoa física. A responsabilidade é coletiva. Enfim, é de todos. (Promotor).

Conclusão

Evidenciou-se, no decorrer do texto, a imprescindibilidade e urgência da consolidação de políticas públicas específicas no município de Ponta Grossa, assim como de envolvimento dos governos federal, estadual e municipal em ações educativas, preventivas e curativas em relação às drogas. Também se faz necessária a delimitação clara de recursos para a capacitação de professo-

res e de pessoal no campo da segurança, a realização de eventos culturais e esportivos, o suprimento de material didático e a montagem de pesquisas de avaliação sobre a presença de drogas na escola e sobre a eficácia dos programas em curso.

Políticas sobre o uso indevido de drogas em nível nacional devem ser operacionalizadas por programas mínimos ou com metas definidas e atividades claramente desenhadas, que tenham a escola como lugar privilegiado de pesquisa e de trabalho. Cabem, nessa linha de ação, parcerias e o envolvimento de diversas entidades, tanto em âmbito ministerial como estadual - Secretarias de Educação, de Saúde, Ação Social, Segurança e Universidades, entre outras. Importa, também, garantir o envolvimento de entidades em nível municipal, como os Conselhos, para somar esforços.

Trabalhar na área das drogas é um desafio. Os resultados são pouco visíveis, uma vez que não há nenhuma solução simples disponível. No desenvolvimento da política local de drogas, é importante formular objetivos claros. Muitas vezes, participantes com interesses conflitantes estão envolvidos no processo. Eles terão que desenvolver uma abordagem que melhor se adapte à situação local, mas mesmo assim podem aprender muito com outros. Portanto, não é preciso começar de novo a cada vez. O que se faz urgente no município de Ponta Grossa é melhorar a qualidade das intervenções no setor de prevenção, tratamento, política e pesquisa.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. **Avaliação das ações de prevenção de DST/AIDS e o uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNDCP, 2001.
- ALEVATO, H. M. R. Qualidade: um mito pós-moderno. In: TEVES, N.; RANGEL, M. **Representação social e educação: temas e enfoques contemporâneos de pesquisa**. Campinas: Papirus, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BATISTA, L. P. **Jovens de periferia e a escola pública: um estudo de caso**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Feusp.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOBBIO, N. **Teoria geral da política: A Filosofia política e as lições dos clássicos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CARLINI-COTRIM, B.; PINSKY, I. **Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente**. Cad. Pesq., S. Paulo, (69): 48-52, 1989.
- CARLINI-COTRIM, B. Movimentos e discursos contra as drogas: O caso da sociedade norte-americana. **Revista ABP-APAL**, n.17, p.93-101, 1995.
- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. VII Levantamento sobre drogas nas capitais brasileiras. **Boletim CEBRID**, São Paulo, n. 28, mar. 1997.
- _____. XIV Levantamento sobre drogas nas capitais brasileiras. **Boletim CEBRID**, São Paulo s, nº 48, mar. 2004.
- FERREIRA, P. C. **Da qualidade na educação para uma educação de qualidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2002.
- GENTILI, P. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora, no campo educacional. In: GENTILI, P.A.A. & SILVA, T.T. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1995a.
- LUZ, A. A. Prevenção: uma cultura necessária. In: **Programa de formação em prevenção**. Curitiba: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Conselho Estadual de Entorpecentes. CONEN-PR, 1996.
- MINAYO, M. C. de (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- NOSSA, L. Estudo mostra uso de drogas por estudantes. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 12 de novembro de 2002, C 3.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **Nosso futuro comum**. New York: ONU, 1987.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n.516, p.15-24. Número especial, 2000.
- SILVA, T. T. **O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- SHEPPARD, W. C. **Como ser um bom professor**.

São Paulo: EPU, 1998.

TIBA, I. **Adolescência**: o despertar do sexo. São Paulo: Gente, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, J. A. Análise de Conteúdo. In: Silva, A. S.; Pinto, J. M. (Orgs.) **Metodologia nas Ciências Sociais**. 10 ed. Lisboa: Afrontamentos, 1999.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime**. São Paulo: S. A. Moderna, 1996.

ZANELLI, J.C. **Formação profissional e atividades de trabalho**: a análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais. Campinas, 1992. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas.